

POLÍTICA DE DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

1. OBJETIVO


Garantir a transparência nas informações (“Dados Pessoais”) que tratamos e, por esse motivo, disponibilizamos aos Titulares a presente Política de Direitos do Titular de Dados Pessoais, que deve ser lida em conjunto com a nossa Política de Privacidade.

2. DEFINIÇÕES

As leis brasileiras de privacidade e proteção de dados pessoais asseguram ao Titular de Dados Pessoais, uma série de garantias (“Direitos dos Titulares” ou “Direitos”) que o colocam no controle das informações fornecidas. Como modo de informá-lo sobre os seus Direitos e sobre como exercê-los, apresentamos a seguir tudo aquilo que se aplica.

3. DIREITOS

- **Confirmação da existência de tratamento:** Este Direito permite que o Titular possa requisitar e receber uma confirmação sobre a existência de coleta, armazenamento, compartilhamento ou qualquer tipo de Tratamento a partir de seus Dados Pessoais.
- **Acesso aos dados pessoais:** Este Direito permite que o Titular requirite e receba uma cópia gratuita e em formato acessível dos Dados Pessoais tratados por nós.
- **Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados:** Caso o Titular identifique alguma incorreção ou imprecisão nos seus Dados Pessoais que tratamos, poderá requerer que os retifiquemos.
- **Anonimização, bloqueio ou eliminação dos Dados Pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação:** Este Direito permite que seja requerida a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos Dados Pessoais da nossa base. Todos os Dados coletados serão anonimizados, bloqueados ou eliminados dos nossos servidores quando assim for possível e requisitado pelo titular, excluído os casos exigidos por obrigação legal.
- **Portabilidade:** A REAL JURÍDICA permite ao Titular ou a terceiro nomeado (empresas destinatárias dos dados), obter acesso aos Dados Pessoais que são tratados por nós em formato estruturado.
- **Revogar ou não fornecer o consentimento:** O Titular tem o Direito de revogar o seu consentimento ou, se for o caso, de não nos fornecê-lo e ser informado sobre as consequências da negativa. Em alguns casos, é possível que da negativa decorra a impossibilidade de lhe prover determinados produtos ou serviços.
- **Revisão de decisões automatizadas:** O Titular tem o Direito de solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em Tratamento automatizado dos Dados Pessoais e de receber informações claras e adequadas a respeito dos critérios utilizados

 RealJurídica <small>ASSESSORIA EM RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO</small>	Política de Direito dos Titulares de Dados Pessoais	Data de Registro 18/06/2020	Versão 01
--	---	--------------------------------	--------------

POLÍTICA DE DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

na decisão, desde que essas informações não violem qualquer segredo comercial da REAL JURÍDICA.

- **Oposição ao tratamento:** O Titular também tem o direito de se opor a determinadas finalidades de tratamento de Dados Pessoais, como, por exemplo, o envio de publicidade, *newsletter* ou novas ofertas.
- **Eliminação dos Dados Pessoais tratados com consentimento:** Caso o Titular nos tenha fornecido o seu consentimento para uma finalidade de tratamento, poderá requisitar a eliminação dos Dados Pessoais que armazenamos até então, desde que não haja obrigação legal de mantê-los.

3.1. COMO EXERCER OS SEUS DIREITOS

A REAL JURÍDICA conta com profissionais treinados para atender às suas dúvidas e requisições. Para exercer seus Direitos, preencha o nosso Formulário de Requisição de Direitos – [Formulário de Contato](#).

O exercício desses direitos e as respectivas requisições e solicitações possui caráter pessoal, portanto, o solicitante poderá requisitar e exercer os direitos referentes aos dados quais é Titular.


Importante ressaltar, que pais, mães ou responsáveis legais poderão exercer os direitos em nome de crianças ou de adolescentes, nos termos da legislação aplicável.

4. ANÁLISE DE REQUISIÇÃO

Quando recebermos a requisição, nosso time de privacidade a analisará e poderá responder de duas maneiras, determinando que: (i) o pedido é lícito e legítimo, devendo, portanto, ser acatado; ou (ii) o pedido foi negado e, por determinadas razões, não poderá ser acatado. Mesmo em caso de negativa iremos informar os motivos pelos quais o pedido não foi aprovado. Todas as nossas respostas serão sempre enviadas pelo mesmo meio que o Titular nos contatou, seja e-mail ou correspondência.

Talvez seja necessário solicitar-lhe informações específicas para confirmar identidade e garantir a possibilidade de que o usuário possa exercer os seus Direitos. Esta é uma medida de segurança para assegurar que os Dados não sejam divulgados a qualquer pessoa que não tenha legitimidade para recebê-los. Essa medida é necessária considerando sobretudo a nossa preocupação com as informações que tratamos das crianças e dos adolescentes.

Caso seu pedido seja aceito, faremos o possível para contatar os nossos fornecedores e parceiros comerciais que podem ter acesso aos Dados Pessoais para que eles também retifiquem, eliminem ou exerçam qualquer outro Direito que o Titular requisitou. No entanto, infelizmente, não podemos garantir o real exercício desses Direitos por esses

 RealJurídica <small>ASSESSORIA EM RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO</small>	Política de Direito dos Titulares de Dados Pessoais	Data de Registro 18/06/2020	Versão 01
--	---	--------------------------------	--------------

POLÍTICA DE DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

terceiros, que utilizam, divulgam e protegem os Dados Pessoais de acordo com suas respectivas políticas.

Poderemos armazenar e manter, em forma de registro, um histórico das requisições de Direitos que o usuário fez para que possamos, se necessário, apresentá-lo às autoridades competentes como prova de que respondemos os pedidos em tempo hábil e da maneira adequada, conforme a legislação estabelece.

5. PRAZO DE RESPOSTA A REQUISIÇÃO

Recebida a requisição, o nosso time retornará ao Titular uma resposta dentro dos seguintes prazos:


DIREITO DO TITULAR	PRAZO
Confirmação da existência de tratamento	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Acesso	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Correção	Em até 5 dias úteis a partir do recebimento da requisição
Anonimização, bloqueio ou eliminação	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Portabilidade	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Revogação ou não fornecimento do consentimento	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Revisão de decisões automatizadas	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição
Eliminação dos Dados tratados com consentimento	Em até 15 dias corridos a partir do recebimento da requisição

Caso sejam necessários esclarecimentos ou mais informações sobre o pedido, podemos enviar ao Titular alguns questionamentos para que possamos responder à requisição de maneira satisfatória, de modo que os prazos estarão suspensos desde o envio dos nossos questionamentos até o recebimento da sua resposta.

6. SITUAÇÕES EM QUE PODEREMOS NEGAR OS DIREITOS AO USUÁRIO

Os Direitos não são ilimitados e, por isso, apresentamos abaixo algumas situações que podem levar à negativa total ou parcial deles:

- preservação de segredo de negócio e propriedade intelectual da REAL JURÍDICA.

 RealJurídica <small>ASSESSORIA EM RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO</small>	Política de Direito dos Titulares de Dados Pessoais	Data de Registro 18/06/2020	Versão 01
--	---	--------------------------------	--------------

POLÍTICA DE DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

- violação de direitos e liberdades de terceiros.
- informações estão anonimizadas e, portanto, não são Dados Pessoais.
- obstrução à lei e justiça.
- os interesses legítimos da REAL JURÍDICA sobrepõem-se aos do Titular dos Dados.
- o Titular fez requisições repetitivas, reiteradas ou excessivas.


De toda forma, responderemos às requisições em tempo e iremos informar com clareza sobre os motivos que nos levaram à eventual negativa do pedido.

7. CONTATO REAL JURÍDICA

Caso tenha dúvidas, comentários ou sugestões relacionados a esta Política, poderá entrar em contato com o time de privacidade da REAL JURÍDICA – [Formulário de Contato](#).

8. DISPOSIÇÃO GERAL

Alterações desta Política devem ser aprovadas pela Diretoria.

 RealJurídica <small>ASSESSORIA EM RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO</small>	Política de Direito dos Titulares de Dados Pessoais	Data de Registro 18/06/2020	Versão 01
--	---	--------------------------------	--------------